

Espaço/tempo vivido: patrimônio ambiental da cidade Parnaíba/PI*

*Gercinair Silvério Gandara***

Resumo. A cidade de Parnaíba se apresenta como um dos maiores exemplos de acervo do patrimônio ambiental no Brasil. Neste texto, trato de dois modos diferentes o objeto cidade, por um lado vislumbrando sua paisagem ambiente como um todo e, por outro, baseando no passado histórico por meio da leitura do seu conjunto de edificações que remete a história, imagens e dados de períodos históricos do/no lugar. Evoco a preservação da memória e da constituição da cidade como possibilidade de reinterpretação do espaço-tempo vivido como acervo do patrimônio ambiental.

Palavras-chave: Cidade; Espaço vivido; Memória; Tempo; Patrimônio ambiental.

Experienced space and time: Environmental heritage of Parnaíba, Brazil

Abstract. Current essay shows Parnaíba (PI) Brazil as one of the best examples of environmental heritage in Brazil. The text deals with two different manners from which the town is perceived: the environmental scenery as a whole and the scenery based on history by an interpretation of buildings that concretize the history, memory and data of the town's historical periods. The preservation of memory and the constitution of the town as a re-interpretation of the space-time are experienced as a storehouse of environmental heritage.

Keywords: Town; Experienced space; Memory; Time; Environmental heritage.

Espacio/Tiempo vivido: Patrimonio Ambiental de la ciudad de Parnaíba (Piauí), Brasil

Resumen. La ciudad de Parnaíba se nos presenta como uno de los mayores ejemplos de acervo del patrimonio ambiental de Brasil. En este texto, el objeto ciudad es enfocado a partir de dos modos diferentes: por un lado, se vislumbra

*Artigo recebido em 13/11/2014. Aprovado em 11/12/2014. Pesquisa financiada pelo PNPd/Capes.

**Doutora em História pela UnB, Brasília/DF. Pós-Doutora em História pela UFG, Goiânia/GO, Brasil. Email: gercinair@msn.com

su paisaje ambiente como un todo y, por el otro, se apoya en el pasado histórico a través de la lectura del conjunto de edificaciones que hacen referencia a la historia, imágenes y datos de períodos históricos de/en el lugar. Evoco la preservación de la memoria y de la constitución de la ciudad como posibilidad de reinterpretación del espacio-tiempo vivido como acervo del patrimonio ambiental.

Palabras Clave: Ciudad; Espacio Vivido; Memoria; Tiempo; Patrimonio Ambiental.

Introdução

Um objeto pode dizer muito se soubermos interrogá-lo
(Daniela Giraudy).

A cidade de Parnaíba-PI tem personalidade e autenticidade documental. Os “objetos” arquitetônicos que a compõe ali estão com todo seu significado histórico básico, advindo das relações que mantinham. Eles, por si só, reconstroem a história da cidade e, em particular, a do Piauí. O sítio histórico da cidade de Parnaíba com todos seus bens é portador da mensagem espiritual do passado e o testemunho vivo de relações seculares, local regional, nacional e internacional. Ressalto que entendo “bens” como posto nas definições da Carta de Burra (ICOMOS, 1980), que em seu Artigo 1º está escrito “o termo bem designará um local, uma zona, um edifício ou outra obra construída, ou um conjunto de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo, e o entorno a que pertence”.

Aqui trato o objeto cidade de dois modos diferentes, por um lado, vislumbrando sua paisagem ambiente como um todo e, por outro, baseando no seu passado histórico por meio da paisagem e do conjunto das edificações que por si só nos remete a história, imagens e dados de períodos históricos no/do lugar-cidade. “É inegável que o patrimônio de uma determinada época não o será de outra, mas nem por isso deixa de acumular o legado de séculos de

história das civilizações” (POSSAMAI, 2000, p.23). Em verdade, evoco a preservação da memória da constituição da cidade como possibilidade de reinterpretação do espaço-tempo vivido, de tal forma que todo o/os sítio (s) de interesse cultural corresponda(m) a espaços a céu aberto permitindo a observação de seus fenômenos arquitetônicos e paisagísticos nos seus locais próprios.

A configuração do espaço/cidade de Parnaíba possui desempenhos diferenciados relativos a expectativas sociais de diversas naturezas. É um fator de realização das práticas sociais que materializa o potencial configurativo das intenções humanas capaz de conceder historicidade às suas formas físicas. Segundo Kohlsdorf, “a cidade existe, se configura e apresenta comportamentos em relação a expectativas sociais” (1996, p.31). A qualidade visual intrínseca do território parnaibano reside nos elementos naturais ou construídos que compõem a forma da cidade que é sempre a forma de um tempo da cidade, e existem muitos tempos na forma da cidade, como diz Aldo Rossi (1995, p.57). Esta dimensão visual constitui o principal apelo para sua inserção ao novo “modelo” de patrimônio que se estrutura. Falo de patrimônio como documento do tempo e do espaço vivido que por si só são representações da memória.

Em verdade, o tempo e o espaço vivido que buscamos apreender é aquele que constitui os lugares cidade que são a razão da história, da memória, da investigação, do documento e do patrimônio. Kohlsdorf enfatiza que, “a apreensão dos lugares dá-se, necessariamente, a partir de sua forma física conforme diversas abordagens arquitetônicas e geográficas da cidade” (1996, p.31). Parafraçando Kohlsdorf (1996), a cidade é um espaço arquitetônico de tamanho generoso tecidas em várias dimensões físicas que se mostra como uma totalidade formada de outras totalidades em articulações cambiantes. Faz, portanto, com que sua lei de organização seja um conjunto onde cada edifício,

árvore, praça, rua ou acidente geográfico é uma parte definida em suas características e relacionada às demais e ao todo segundo certa ordem que, repetimos, é passageira. “O espaço urbano realiza metamorfoses”, como diz Kohlsdorf (1996, p.22).

A cidade de Parnaíba possui um território bem definido e vários núcleos distribuídos em sua área de influência. Estes núcleos são constituídos pelos monumentos, sítios, conjuntos, seu entorno e mesmo vestígios de interesse histórico, artístico, arqueológico, etnológico, técnico e científico da história da cidade e, em particular, do Estado do Piauí. Em função do tombamento federal do “Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba” os pesquisadores do Iphan identificaram seis conjuntos do/no perímetro de proteção, sendo o conjunto santa Casa, conjunto Porto das Barcas e galpões Portuários, conjunto avenida Getúlio Vargas, conjunto Estação Ferroviária, conjunto praça Santo Antônio e conjunto praça da Graça.¹ Mas o patrimônio ambiental da cidade de Parnaíba não se reduz a este sítio arqueológico e/ou conjuntos do perímetro de proteção. Ele reúne, igualmente, todo o entorno e as marcas inapagáveis do seu rio e das antigas empresas de exportação/importação, além da condição memorável de existência da escravidão e da localidade Testa Branca. Por tudo isso a cidade de Parnaíba não pode ser vista depressa. Ela requer um olhar lento/vagaroso para que se possa desfrutar da extensão da paisagem, da beleza e da historicidade que os caminhos que a concebem vão impregnando e deixando sobrepujar lembranças com a excitação produzida por lugar tão nobre e de atos inabituais. Ela é uma cidade histórica que apresenta seus valores patrimoniais. Uma cidade-monumento que se transpõe a patrimônio ambiental, reunindo e recuperando sua memória, reagrupando-se em estruturas e gestos que se combinam.

¹ Estes conjuntos estão bem detalhados tanto do ponto de vista histórico como imagético em Pinheiro e Moura (2012).

Cidade-Beira Parnaíba no tempo e no espaço vivido

A cidade de Parnaíba/PI, localiza-se à margem direita do rio Parnaíba. Está situada à beira do braço Igaracu (rio Parnaíba). Limita-se com o Oceano Atlântico, Estado do Maranhão e municípios de Buriti dos Lopes, Cocal e Luis Correia. Ela se insere no quadro das primeiras vilas piauienses originadas das fazendas de gado sob a invocação de santos católicos que se formaram por volta de 1762.² Por quase dois séculos, a vida no Piauí se desenvolveu em virtude da fundação das fazendas de gado, origem das primeiras freguesias e assinalando a presença dos primeiros arraiais ao sul. A facilidade de comunicação do litoral da capitania são João do Piauí, com seus portos marítimos naturais, fizeram com que esta região, ao norte, se prosperasse mais cedo, desenvolvendo atividades econômicas de relevo que, por sua proximidade com o litoral, ensejava a ligação do Piauí com outras províncias e com o reino. Dessa relação porto/cidade há muitos elementos e histórias no tempo e no espaço vivido parnaibano. Estrategicamente situada em uma das mais belas ambientações do Brasil açaça-se sobre o rio e assiste o seu abraço e sua entrega ao mar.

O surgimento da vila de Parnaíba - por invocação de são João - remonta-se ao início do século XVIII. O local escolhido e o ato de criação foi o arraial Testa Branca, próximo do mar e a uma légua do porto das Barcas, atual cidade. Aí, se instalou a sede da vila de são João da Parnaíba. Em 18 de agosto de 1762, foi criada a vila de são João da Parnaíba à beira do braço Igaracu e na margem oriental dele, distantes quatro léguas da costa do mar. Para a criação da vila de são João da Parnaíba foi determinado para sua sede o pequeno povoado Testa Branca a 6 km abaixo do povoado Porto das Barcas. Mas foi neste que o

² Autorizadas e reguladas em 19.06.1761, por dom José I, instaladas pelo primeiro governador da capitania. Foi com a instauração das primeiras vilas e da cidade-capital Oeiras, que teve origem a estrutura espacial-administrativa do território piauiense com o nome de Capitania São João do Piauí.

governador ordenou que se levantasse o pelourinho até que ali se desse início a construção de algum edifício que pudesse oferecer as acomodações públicas necessárias. Por fim, transferiu-se oficialmente a vila de São João da Parnaíba para a Feitoria ou porto das Barcas. Mendes acredita que o presidente de província “João Pereira Caldas buscava instalar a Vila em local limpo, alto e mais próximo da foz do braço Igarapu, facilitando o embarque e desembarque de mercadorias” (2001, p.20). Já Jurandir Ferreira enfatizou que,

o povoado Porto das Barcas oferecia melhores vantagens para o assento da nova vila por ser uma feitoria com estabelecimento de charqueada, cujos produtos eram exportados e, apresentava grande interesse às rendas públicas pelo seu movimento comercial, além de contar com uma população crescente, algumas casas e armazéns e uma ermida³ construída pelos habitantes da localidade (FERREIRA, 1958, p.551).

De modo geral, as cidades surgem ou são fundadas segundo a representação adequada a uma dominação política, econômica, religiosa ou militar. A cidade de Parnaíba nasceu como centro de destaque⁴ consoante à concepção portuguesa das municipalidades dotada de administradores leais como forma para aumentar o controle governamental sobre a colônia. Esse ponto de apoio foi estrategicamente escolhido, ficaria a meio caminho entre o oceano e o local onde ocorre a confluência dos braços do rio e os igarapés do delta. Esse entreposto ficou conhecido como porto das Barcas. Seu traçado devia, portanto, favorecer a segurança e obedecer a uma ordem estética correspondendo a uma imagem simbólica e/ou a uma imagem da ordem. Em 1774, a vila de São João da Parnaíba⁵ já contava com 444 casas e uma população

³ Ele se refere à paróquia de Nossa Senhora de Montserrat, padroeira dos navegantes que, hoje, se localiza na rua Duque de Caxias, centro de Parnaíba. Construída por Pedro Barbosa Leal e autorizada seu pedido pelo Bispo de São Luís, em 11 de junho de 1711.

⁴ Centros de destaque são postos militares, centros comerciais de trocas, pontos de estações da linha férrea ao longo das estradas, locais de garimpo, pontos de rotas fluviais (ENCICLOPÉDIA... s/d.).

⁵ Entre a documentação compilada no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, Portugal encontra-se uma Planta da Villa de São João da Parnahyba de 1798, com, aproximadamente 4000 habitantes.

de 2.694 habitantes. Com o rendimento dos barcos que entravam no porto das Barcas foi construída, em 1775, a casa da câmara e cadeia aos moldes da concepção da época, abrigando no mesmo prédio estas duas repartições, sendo a cadeia na parte térrea e a câmara no andar superior. Consolidou-se, a partir da década de 1860, como principal entreposto comercial e centro distribuidor da Província do Piauí, e como importante centro do comércio internacional. Pensar um “centro ativo”, como diz Jacqueline Beajeau-Garnier (1980 p.167), nos remete à cidade de Parnaíba que se localiza relativamente perto de dois portos marítimos, o do Piauí (inacabado) e o do Maranhão (de Tutóia).

Esta cidade se destaca no contexto histórico colonial por ser efetivamente a primeira cidade-beira piauiense com fortes características comerciais. Contou com uma primeira charqueada, em meados do século XVII, e já neste período exportava para o estrangeiro, especialmente o charque e couros de boi que se constituíam matéria-prima de primeira ordem da indústria europeia. Parafrazeando Capistrano de Abreu, a Colônia viveu “a época do couro” (2000). Por volta de 1824, as charqueadas já estavam reduzidas e, em 1827, deixavam de funcionar definitivamente. A navegação fluvial e marítima contribuiu para seus primeiros êxitos comerciais, tornando-a um centro importante conhecido em toda a colônia e além-mar. Como se vê que a vila São João da Parnaíba surgiu em local definitivamente privilegiado, litorânea, à beira-rio Parnaíba, e comercial. Prioritariamente, o rio e o delta do Parnaíba faziam/fez desta vila um centro comercial e porto de escoamento de produtos piauiense.

Parnaíba identifica-se, também, com as transações comerciais exportadoras e importadoras, fluvial e marítima dos séculos XIX e XX dos produtos *in natura*, tais como a carnaúba, o babaçu, dentre outros. Sua transnacionalização se fez por meio dos recursos vegetais, em especial a cera de carnaúba, óleo de babaçu, gordura de coco, folha de jaborandi, castanha de

caju, algodão, couro, produtos que a destacam no contexto regional piauiense. Esta é, também, uma das razões para os edifícios como galpões e outras construções mais antigas estarem localizados na orla/beira-rio. As empresas dispuseram-se solidárias à beira-rio Parnaíba, com edificações de grandes proporções, eram os armazéns para depósito de carga. Muitos destas edificações, embora desativadas, muitas em ruínas e outras subaproveitadas estão lá compondo a paisagem beira-rio Parnaíba. Essas construções simbolizam o apogeu da efervescência deste período. Foi identificado pelo Iphan como Conjunto Porto das Barcas e Galpões Portuários.

A cidade de Parnaíba no seu verdadeiro sentido é uma cidade histórica que apresenta seus valores patrimoniais. A sua situação urbana é, sem dúvida, uma situação histórica. Ela transpõe-se, reunindo e recuperando sua memória, reagrupando-se em estruturas e gestos. Lá, nos tempos da vila de São João de Parnaíba, a família Dias da Silva contribuiu tanto para seu crescimento comercial como para sua conformação espacial. Antes de tudo, Domingos Dias da Silva, o único exportador do charque do lugar influenciou a migração de outros indivíduos para a vila. Também adquiriu uma colossal fortuna promovendo mudanças econômicas e sociais. Contribuiu com a forma da vila, edificando casas, igrejas etc. Entre seus feitos construtivos, se insere um brigue de 2.000 toneladas, construído em seu estaleiro lançado no mar em 1824 e a Casa Grande da Parnaíba. Esta casa exhibia/exibe uma arquitetura colonial portuguesa, com pavimento térreo e dois andares, composta de dois sobrados contíguos. Está situada na esquina da rua Grande, atual avenida Presidente Vargas, com a rua da Glória, atual rua Monsenhor Joaquim Lopes. No encontro de suas fachadas, observa-se um oratório público construído sobre pedra de Lioz, vindo de Portugal, dedicado a Nossa Senhora da Conceição. Esta casa mantinha comunicação direta com a igreja-matriz. Na verdade, era ligada diretamente a ela por meio de galerias, que chegavam às sacadas, com

acesso exclusivo aos Dias da Silva, benfeitores da igreja e donatários da capela do Santíssimo. Pereira da Costa, que descreveu esta igreja, afirma ser “incontestavelmente a mais rica da província”.

É coberta de lousa, com duas alterosas e elegantes torres, um pórtico de mármore com esculturas assim como todas as ombreiras e vergas das portas e janelas, pilastras e cornijas, o são interna e externamente, com uma nave de 21m de comprimento, sobre 9,40m de largo, capela-mor e mais laterais, notando-se a do Santíssimo Sacramento pela beleza das obras de escultura de madeira, com dourado finíssimo, tudo isso e suas alfaiais riquíssimas, lâmpadas e vasos de prata, pia batismal e lavatório de mármore, e outros objetos de valor e de riqueza dignos de nota (1909, p. 26).

Esta casa do passado parnaibano, seu aspecto exterior, seu entorno e as características arquitetônicas revelam aspectos importantes do povoamento do espaço da cidade de Parnaíba. Ela é a representação da conformação urbana parnaibana. Entre outras singularidades, a “Casa Grande de Parnaíba” teve o poder e a função de uma beira, ou seja, foi o elemento influenciador e definidor da estrutura espacial da cidade. Sua edificação atraiu para a sua proximidade outras construções sem alinhamento definido, resultando disso praças em forma de triângulos irregulares, ruas curvas e outras formando linhas quebradas e com diferentes larguras. Para Renato Castelo Branco “a casa Grande, dos Dias da Silva, é um ponto de referência na história do Piauí. [...] foi o centro de toda a vida da província. A cidade de Parnaíba cresceu praticamente em torno dela, à sombra do de seu poder incontrastável” (1970, p.69). Reconheço seu caráter decisivo na formação e na constituição da cidade e enfatizo que quando se fala dessa casa em particular, faz-se obrigatoriamente referência a um conjunto que se formou sob sua influência, identificado pelo Iphan como conjunto avenida Getúlio Vargas. No decorrer do tempo, a cidade tentou mudar a fisionomia em suas imediações. Em 1914, com o intuito de sanar os problemas de alinhamento resultante da sua influência, foi adotada uma planta que alargou para 20 e 30 m algumas ruas e avenidas e, conseqüentemente,

foram demolidos diversos prédios e construídos outros, dentro do plano urbanístico adotado que contribuíram para dar à cidade uma visualidade simétrica, apesar das irregularidades focalizadas. Na atual Parnaíba, nesta região, hoje denominada “cidade velha”, pode-se verificar tanto a irregularidade do passado quanto a tentativa de uma simetrização.

Monsenhor Chaves em "O Piauí nas lutas da Independência do Brasil" enfatiza, “... mas, Parnaíba não era só Simplício Dias da Silva”. Outros proprietários ali possuíam barcos de 1.100 e 1.200 arrobas e botes que escoavam os produtos pelo rio e ainda se empregavam em carga e descarga das embarcações de rotas marítimas. Cerca de 60 canoas de vários tamanhos serviam na Vila e em seu termo a lavradores, negociantes e pescadores. Em 1831, segundo Mendes (2001, p.29), Parnaíba era uma vila de 4.324 habitantes espalhados por uma área territorial que se estendia do oceano até os sertões de Campo Maior.

A vila de São João da Parnaíba foi elevada à categoria de cidade em 1844 com a denominação de Parnaíba. Vale lembrar que em 1840 iniciou o segundo reinado. A partir de então, surgiram instituições que serviriam como base de sustentação da navegação e da economia da província como um todo. Em 1849, a Resolução nº. 244 determinou a abertura do canal que ligaria o rio Parnaíba ao braço Igarassú, do qual facilitaria a navegação no delta e o tráfego entre Tutóia, no Maranhão, e Parnaíba, no Piauí. Cria-se o vice-consulado português (1850), a Companhia de Aprendizes Marinheiros de Parnaíba. Com a marinha mercante em desenvolvimento e a criação de estaleiros, Parnaíba recebe, ainda, a capitania dos Portos do Piauí. Em 1848, se instalou a “Casa Ingleza”, fundada pelo inglês, James Frederick Clark, com a razão social Andrew Miller & Cia. Essa empresa logo adquiriu feições prósperas pelo seu completo sortimento de fazendas, miudezas, ferragens e gêneros de estiva, importados de outros Estados do país e das principais praças da Europa e

América do Norte. Gilberto Freyre assevera que no nordeste foi expressiva a atuação inglesa no comércio de importação, com a contrapartida da exportação de produtos primários (FREYRE, 1977, p. 47-48). A partir desta empresa, muitas outras ali se estabeleceram. O município de Parnaíba assentou sua economia, principalmente, no comércio e na indústria, os quais a colocaram em posição de relevo dentro do Estado do Piauí. A cidade de Parnaíba, por sua vez, desempenhou bem o papel de mercado distribuidor do Estado, para onde se dirigiam quase todos os produtos de exportação e onde se encontravam as principais casas importadoras.

A cidade-beira Parnaíba se firmou como principal centro distribuidor da província e desempenhou bem este papel. Era para ela que dirigiam os produtos de exportação e onde se encontravam as principais casas importadoras e exportadoras. Ela integrou as práticas e discursos locais a uma nova dimensão, ou seja, à dimensão internacional. No entanto, foi a partir da transferência da capital de Oeiras para Teresina à beira rio Parnaíba e da implantação da navegação a vapor que a cidade de Parnaíba atraiu para si, de forma mais intensa, comerciantes que fixaram empresas comerciais de exportação/importação e de navegação fluvial. Estas empresas dispuseram-se solidárias à beira-rio Parnaíba com edificações de grandes proporções, eram os armazéns para depósito de carga. Conforme Labasse “as grandes aglomerações são geralmente solidárias de cursos de água importantes” (1989, p.09). Hoje muitas destas edificações, embora desativadas, em ruínas e outras subaproveitadas estão lá compondo a paisagem beira-rio Parnaíba. Entre elas observamos e registramos a Poncion Rodrigues & Cia Ltda., Neves & Cia, Casa Inglesa, Franklin Veras & Cia, CNVP (Companhia de Navegação a Vapor do rio Parnaíba), entre outros.⁶ Os negócios (comércio) foram a própria expressão do poder na cidade. Ela apresentou-se como testemunho da utilização prática

⁶ O almanaque da Parnaíba, edição de 1930, cataloga 70 empresas comerciais em Parnaíba desenvolvendo diversas atividades.

das relações dadas pelo rio Parnaíba. Esta cidade é uma criação que foi se constituindo e ganhando materialização concreta ao longo do seu processo histórico.

Como já disse anteriormente, a condição privilegiada de centro distribuidor de “empório comercial” se deveu à sua localização próxima a foz do rio Parnaíba e ao fato de ser ele, ao mesmo tempo, o principal rio do Estado, ou melhor, o único escoadouro dos produtos piauienses e, principalmente, um rio de integração comercial com vocação internacional. Enfim, o armazenamento, o ritual político-comercial, a importação e exportação e a navegação a vapor foram às razões do ressurgimento da cidade Parnaíba. Em sua posição estratégica à beira-rio Parnaíba, próxima ao mar, somado ao paulatino interesse pela navegação a vapor no rio Parnaíba e seu posterior desenvolvimento comercial integrado àquele que se desenvolvia ao longo do rio Parnaíba consolidou-se, a partir da década de 1860, como principal entreposto comercial e centro distribuidor da província, e como importante centro do comércio internacional. A importância estratégica de Parnaíba deriva do fato da vila se instalar num ponto que dominava a saída do mar, o delta e o curso do rio. Essa estratégia era prática dos portugueses para rentabilizar os direitos que possuíam nas áreas e, sobretudo, fomentar o aparecimento de um núcleo urbano que servisse para defender a fronteira e fixar moradores numa região ainda despovoada. Enfim, esta cidade pode ser considerada como testemunho da utilização prática das relações dadas pelo rio Parnaíba e da prática portuguesa nos processos colonizadores e de fundação de cidades.

A República Velha ou Primeira República (1889-1930) foi um período decisivo na vida econômica, política e sociocultural da cidade-beira Parnaíba que se transformou no principal centro econômico do Estado do Piauí. Quando da implantação da República, em 1889, todo o município da cidade-beira Parnaíba contava com pouco mais de 30 mil habitantes, cujas perspectivas

de crescimento se faziam sentir com o incremento da navegação do rio Parnaíba e o aproveitamento de produtos do extrativismo vegetal para exportação. Conquanto, é preciso salientar que esta cidade não teve uma ascensão linear no tempo e no espaço. Teve seus momentos de abandono e, como dizem muitos autores, havia marcos da “estagnação econômica”, que eram patentes no comércio, nas ruas e no casario dos primeiros anos da República. Sobre este momento citadino, descreveu o poeta Humberto de Campos,

Parnaíba era de algum modo, uma decepção. As ruas eram largas e numerosas, mas de areia solta; dos seus seis sobrados, três se achavam em ruínas, desabitados, e entregues aos morcegos e as corujas; o comércio guardava o seu sortimento nas prateleiras, nada deixando fora do balcão. Não tinha gás, não tinha carruagens, não tinha bondes (CAMPOS, 1983, p.119).

Contudo, a República foi determinante para a constituição de uma cidade florescente e uma “nova” sociedade amparada pelo “progresso”. Neste período, foi impulsionado o seu comércio e formado todo um aparato em prol do seu desenvolvimento com o estabelecimento de companhias de navegação e a própria navegação a vapor no rio Parnaíba. Num clima de efervescência econômica aos tempos da Primeira República, a cidade de Parnaíba assistiu ao surgimento de novas instituições e a implantação de uma infraestrutura. Dentre outros empreendimentos, uma linha de bonde (1891), o telégrafo (1892), a Santa Casa de Misericórdia (1896), o vice-consulado Britânico (1913), a agência do Banco do Brasil (1917), um corpo militar do Tiro de Guerra (1917), uma Associação Comercial (1917), uma linha aérea da “Nirba Line” que utilizava hidroaviões (1930), dentre outras. Com as empresas estabelecidas e as medidas tomadas em prol do seu desenvolvimento, Parnaíba vivia, então, seu apogeu social e comercial.

A cidade de Parnaíba tendeu acumular um fluxo de energia, indivíduos vindos de outras plagas, tanto doutras regiões do país quanto de outros

continentes, concentrando-os, dispersando-os, reorientando-os, em suma, exercendo uma influência nítida sobre sua realidade. Ela reuniu pessoas dos confins dos sertões brasileiros e do além-mar. Esta cidade é uma realização humana, um fazer-se intenso, ininterrupto, uma criação que foi se constituindo e ganhando materialização concreta ao longo do seu processo histórico. Ela é a forma e o símbolo de um conjunto integrado de relações sociais e comerciais. Ali, os movimentos fluviais e marítimos foram essência de sua existência. Como diz Munford, “a cidade, num sentido completo é, pois um plexo geográfico, uma organização econômica, um processo institucional, um teatro de ação social e um símbolo estético de unidade coletiva” (1961, p.494).

Na cidade de Parnaíba se encontram construções coloniais com seus casarios remanescentes do século XVIII, construídos em alvenaria de pedra e cal, predominantemente térreas. Ailton Vasconcelos Pontes (2004), ao fazer um apanhado dos prédios e praças da cidade de Parnaíba e suas tendências arquitetônicas, denuncia que “uns demolidos, outros reformados e outros aguardando restauração e alguns conservados revelam as tendências arquitetônicas e os elementos nobres que compunham essas obras” (PONTES, 2004, p.59). Da sua exposição e das minhas visitas *in loco*, notei residências do tipo meia morada com fachadas revestida de azulejaria portuguesa estampilhada e a incidência de assobradados, um interesse pela configuração eclética, pelo uso de sacadas e platibandas. Adereços arquitetônicos como sacadas, cimalthas, cornijas, grades de ferro forjado e bacia de lioz portuguesa, escadarias de mármore, frontarias revestidas de azulejos de manufatura portuguesa, forros com ripados, presença das arcadas e florões, gradil importado entre outros.⁷ Segundo Carlos Lemos, “essa nova postura de tolerância eclética, algo ajustada com o romantismo, naquele tempo brasileiro da segunda metade do século

⁷ Não trataremos obrigatoriamente da infinidade de edifícios ricos do ecletismo parnaibano. Preferimos direcionar a Pontes (2004).

XIX, simbolizava engajamento à modernidade, como sempre, com o apoio da riqueza. Era o progresso e a nova visão de conforto” (1996, p.48).

Há alguns elementos edificadas em pedras onde funcionaram as usinas de beneficiamento do charque. Os galpões apresentam estilos ecléticos e/ou Art Déco predominando as linhas sóbrias e de pouca ornamentação que caracterizam os moldes construtivos das primeiras décadas do século XX. No centro de formação da cidade, ergueram edificações ecléticas conservando características coloniais incorporadas de novos elementos e ornamentos artísticos. Logo, também foram incorporados elementos do Art Déco, além da arquitetura ferroviária que também se utilizou desses componentes, cada um registrando um tempo na/da cidade. Ao longo da margem do rio, predominaram/predominam, em grande número, as edificações em taipa, característica marcante da arquitetura popular tradicional do local. É difícil precisar o tempo da construção da maioria destas edificações, mas pelo estado de alguns elementos como as peças de madeira, a taipa e/ou adobe e as técnicas como o uso dos troncos de carnaúba na estrutura tanto das paredes quanto do telhado e a cobertura com palha de carnaúba ou babaçu presumo ter ali exemplares de tempos distantes.

Além de tudo isso, em toda apresentação global do território real e histórico a cidade possui polos que valoriza o patrimônio ambiental. Há os monumentos, as pedras enegrecidas de suas ruas, seus becos e ladeiras, suas construções setecentistas, oitocentistas e novecentistas, as praças etc., o centro-histórico, os pequenos artefatos de todos os dias que dignamente ocupam ainda lugar no seu espaço e na vida daquela gente, o patrimônio da memória piauiense... Na rede urbana, sua morfologia reflete a sequência do tempo histórico. O núcleo próximo ao rio é marcado por ruas estreitas, de desenho orgânico. Surgem, ao longo do tempo, vias largas, depois avenidas arborizadas e praças de desenho regular. Há uma diferenciação nítida entre o núcleo inicial e as áreas de expansão

quanto ao tamanho das quadras e orientação das ruas. Percebe-se uma tendência de prolongamento das antigas vias até o encontro com a ferrovia a leste e o rio a norte. Ao sul, estes prolongamentos seguem um novo modelo de planejamento com malha viária bem definida, eixos principais e secundários estabelecidos e quadras de dimensões iguais. Este modelo se estende a sudoeste até quase as margens do rio, assim como após a ferrovia, demonstrando uma preocupação com o planejamento urbano, com a aparência e a organização da cidade, e que reforça a ideia da importância que a cidade teve ao longo do tempo. O cemitério localizado distante do núcleo inicial foi rodeado pelo crescimento urbano e hoje se insere no núcleo original tombado pelo Iphan. Nele se encontram sepultadas de personalidades histórica da cidade e do Estado, além de existirem exemplares de lápides em mármore e esculturas importadas da Europa no século XIX.

A planície farta do lugar foi suficiente para acolher a cidade, sua gente e seu desenvolvimento em uma das margens do rio preservando a outra com seu rosário de carnaubais marcantes na paisagem. O delta do Parnaíba composto de dunas, florestas, plantações, manguezais e praias desertas, além de variadas espécies de árvores, arbustos e vegetação rasteira, que compõem a riquíssima fauna e flora da região. Para complementar o cenário, há dunas formadas no encontro das águas do rio Parnaíba e as do mar. Ao caminhar-se a beira- rio Parnaíba, a sensação do cenário se reforça. As surpresas não param por aí. O pôr do sol no delta do Parnaíba reserva um espetáculo à parte pela beleza estonteante. Na cidade, em todos os lugares, se contempla objetos que produz cenários históricos, vigiados, controlados sob a aparência da liberdade... e/ou liberdade e escravidão. Este espaço-cidade permite conectar diretamente um patrimônio que individualiza a paisagem do “antigo” e do “moderno”. Ela está pelo território do município como área de influência do patrimônio cultural e ambiental, conservado e valorizado como memória coletiva. O patrimônio ambiental de Parnaíba é assim como um espelho, no qual a população olha para

si mesma para reconhecer-se, procurar explicação para o território ao qual está ligada, juntamente com a das populações que a precederam na descontinuidade ou na continuidade das gerações. É um patrimônio do indivíduo e do tempo que se escalona por meio dos tempos vividos desembocando no tempo em que está se vivendo e abrindo-se em direção a vivência do amanhã.

Para além do seu núcleo sede com toda a apresentação global do território real e histórico, ela possui polos tombados que juntos valorizam o patrimônio ambiental cidadão. O tombamento dos conjuntos trouxe a Parnaíba um novo tempo que reconhece e protege as marcas que identificam a cidade, o rio e sua gente. Ela se nos apresentou tendo como área de influência o centro da cidade tradicional, que se constitui num núcleo museológico tombado e dedicado ao patrimônio arquitetônico e cultural da época do Império no Brasil. Mas, ela reitera e sacraliza a história do Estado do Piauí, a história do sertanejo e acima de tudo, constitui o mais importante testemunho novecentista de relações transnacionais do nordeste brasileiro. Além de ser espelho da terra e relicário de civismo, esta cidade é um manancial perpétuo de evocações, condutor da imaginação através dos tempos. É escola para ricos e pobres, retrospectivo da zona a que pertence, e é ao mesmo tempo escrínio de lembranças antigas e modernas. Deste modo, o seu poder de comunicação se mostrou mais forte e mais rico, porque não se concentra isoladamente nem fora do contexto que lhe deu origem e função.

A cidade de Parnaíba é solidária em sua grandeza sem limite. Mais do que um simples depositário de peças relacionadas a um determinado aspecto e/ou tempo histórico ou social, a cidade possui um potencial que favorece o estudo da vida cotidiana urbana e as relações mantidas por meio da mesma com o ambiente. É uma reduplicação da vida, uma espécie de emulação nas surpresas que excitam a nossa memória e a impedem de cair no esquecimento. É um elemento de fixação. É uma dimensão social de onde todo o universo

social é ordenado sob uma dada perspectiva. O rigor de suas descrições é uma preciosa fonte, é uma dissecação de condutas. Ao ler e/ou escrever suas memórias parece que habitamos o espaço recomeçando outra vida, uma vida da profundidade dos seres que ali viveram. Essa cidade reconstituída em seu movimento transporta-nos a um espaço tempo vivido.

O patrimônio ambiental e suas dimensões

A ideia de patrimônio ambiental surge aqui a partir da delimitação de um território e associa-se ao conceito de espaço e tempo. O espaço geográfico vivido em sua ambiência e memória dá coesão às pessoas, conferindo-lhes identidades. Marcos Lobato Martins nos explica que “a crônica das relações entre os homens e a natureza é lida na própria paisagem, nas águas e nas barrancas dos rios, nas cicatrizes, que cortam a superfície da terra, nas trilhas e clareiras, que interrompem o verde da floresta” (2007, p. 23). Acredito nas inter-relações entre os diversos fatores que norteiam a relação entre uma dada sociedade e o ambiente que a cerca. Sobre essa abordagem, Fernand Braudel (1983) influenciou/influencia os historiadores com sua reflexão sobre história, que é também uma reflexão sobre a relação humana com o meio.

Vale recordarmos de que foi a partir dos anos 1970 que o conceito de patrimônio cultural ampliou-se e passou a incluir manifestações de natureza imaterial que se constituíam importantes referências cultural e que se relacionam à identidade, à memória e à ação dos grupos sociais. Também foi na década de 1970 que o prof. Ulpiano Bezerra de Menezes inaugurou uma nova linha de pensamento preservacionista, através da Condephaat⁸, pautada na ideia da representatividade. Desde então, se verificou que uma paisagem urbana

⁸ Condephaat - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - está interligada ao trabalho desenvolvido pela Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), uma das Unidades da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. A UPPH foi criada pelo Decreto Estadual nº 50.941, de 5 de julho de 2006, e tem por atribuições dar apoio técnico e administrativo ao Condephaat.

tinha importante missão a cumprir do ponto de vista da memória social. Enquanto cenário mediador para as coisas acontecerem, era preciso uma continuidade de relações com a trama sociocultural, o que equivale defender a ideia de conjunto. A partir daí, a paisagem foi conclamada a desempenhar várias funções, entre as quais, a de espaço mediador para a vida e as coisas, a de fonte de contemplação, ou seja, tornou-se a essência cotidiana do habitante satisfazendo sua forma de deliciar a vida. Falo de uma paisagem que é fruto de preservação enquanto estado “natural” das coisas. Como no entender do prof. Ulpiano Bezerra de Menezes “o estado natural das coisas é a preservação” (1992, p.194). Para se entender o referencial “Patrimônio Ambiental” penso ser necessário observar suas vinculações teóricas ao de patrimônio cultural e às formas oficiais em que se basearam os trabalhos de preservação cuja definição legal encontra-se na Constituição Federal Brasileira de 1988, artigo 216,

constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: **I** - as formas de expressão; **II** - os modos de criar, fazer e viver; **III** - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; **IV** - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; **V** - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (grifo nosso).

Como se vê, a Constituição de 1988 confirmou, em seu Artigo 216, esse conceito, ao também incluir no rol do patrimônio cultural brasileiro os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver. Vale recordar que em 1997, o Iphan promoveu em Fortaleza/CE um seminário internacional com o objetivo de discutir estratégias de formas de proteção ao patrimônio imaterial. A *Carta de Fortaleza*, documento final do evento, entre outras indicações, recomendou o

desenvolvimento de estudos para a regulamentação do registro como principal modo de preservação dos bens culturais de natureza imaterial. Em março de 1998, considerando essas recomendações, o ministro da cultura instituiu uma comissão composta por conselheiros do patrimônio cultural para elaboração dessa proposta. Para assessorá-la, foi criado um grupo de trabalho integrado por 11 membros, que teve como consultor jurídico o advogado José Paulo Cavalcanti Filho, que se responsabilizou pela redação básica do texto legal sobre o qual se trabalhou, bem como, pela sua redação final. O Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial – GTPI desenvolveu discussão conceitual sobre o universo abarcado pelos bens culturais imateriais, o que possibilitou reuni-los em quatro categorias básicas.⁹ Optou por delimitar o universo dos bens culturais imateriais rejeitando-se conceituações rígidas e aprisionadas, mas nem toda cultura imaterial pôde ser incorporadas no texto final. O que atesta a riqueza do processo foi não se pretender encerrar ou esgotar o assunto. Quiseram que este trabalho fosse um primeiro e importante passo para o reconhecimento e a valorização dos bens patrimoniais brasileiros. No caso de bens culturais que não se enquadrassem naqueles livros, outros poderiam ser abertos. Destarte, com essa definição abrangente, creio e vislumbro que seja estimulado o processo de construção do conceito de patrimônio ambiental, mantidos, os parâmetros estabelecidos pela Constituição Federal Brasileira. Francisco Weffort, ministro da cultura, em sua fala ressaltou que o patrimônio cultural no Brasil não é só uma questão de cultura, mas, também, matéria econômica. E enfatizou “há que valorizar nossas origens indígenas e africanas, além da cooperação das imigrações dos séculos XIX e XX”. A esta fala do

⁹ Foram denominados respectivamente, Livros de Registro, dos saberes para o registro de conhecimentos e modos de fazer tradicionais; Livro das Celebrações – para festas, rituais e folguedos que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e outras práticas da social; Livro das Linguagens – para o registro das formas de expressões orais ou escritas de natureza musical, poética, iconográfica ou ciência e Livro dos lugares – destinado à inscrição de espaços comunitários, como mercados, feiras, praças e santuários, onde se concentram e reproduzem práticas culturais e coletivas.

senhor ministro da cultura à época, eu acrescento que há de se valorizar o espaço vivido em toda sua dimensão geográfica e histórica.

O que denomino patrimônio ambiental para ser identificado e entendido carece de conhecimento sobre os circuitos de produção e reprodução da sociedade tanto pelo âmbito geográfico, rural, urbano, ecológico, ou as combinações destes como por suas lendas, sua história, sua arte, sua comunicabilidade, sua afeição. Entendo por patrimônio ambiental o conjunto constituído do/pelo ambiente com seus bens materiais, imateriais, paisagístico, documentos escritos e iconográficos cabendo-lhe ainda a custódia dos bens já protegidos por lei. Para mim, a noção de "Patrimônio Ambiental" deve evocar as dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo. Acontecimentos e coisas também devem ser preservados porque são coletivamente significativas em sua diversidade. Nesse sentido, a distinção do passado é essencial na concepção do tempo social e é fundamental na operação histórica. Compreender o tempo é essencialmente dar provas de reversibilidade. O passado não é só passado, é também, no seu funcionamento, portador de valores religiosos, morais, civis, ambientais etc. É o passado fabuloso do conto "Era uma vez"... ou "Naquele tempo". Torna-se importante evocá-lo já que não se limita a um antes e um depois e deve-se aí acrescentar uma terceira dimensão, o futuro. A atenção pelo passado tem desempenhado papel importante nos domínios das ciências humanas. Eric Hobsbawm, citado por Le Goff, levantou o problema da "função social do passado", entendendo por passado o período anterior dos acontecimentos de que um indivíduo lembra-se diretamente (LE GOFF, 1992, p.212). Reconhecimento esse que aceita os riscos da diversidade, da ambiguidade, das lembranças e esquecimentos, e mesmo das deformações variadas das demandas unilaterais. Referir ao patrimônio como objeto de nosso (re) conhecimento seria, então, a manifestação sob múltiplas formas da cultura. Cultura como conceito e ideias

que caracterizam uma sociedade e suas produções, e que as distinguem das demais por meio de valores, crenças, hábitos e comportamentos.

Para Ulpiano T. Bezerra de Menezes, “o universo da cultura é um universo de escolha, de opção e, portanto, do sentido, do valor” (1996, p.90). Por tudo isso compreendo toda aquela linha muito rica e variada de artefatos, que inclui desde a criação de pequenas utilidades, de utensílios, inclusive domésticos, até a construção de caminhos, de cidades, como artefatos extremamente complexos da criação humana. Outrossim, os sentidos e os valores para que se encarnem na materialidade da vida precisam manifestar-se. Por certo, aqui estou falando de sentidos e de valores, mais precisamente, de significação cultural e de sua inserção num circuito de vida social. Vale dizer que o termo significação cultural designa o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras conforme expresso na Carta de Burra, já citada. Pois como bem disse Possamai (2000),

muitas vezes, prédios e monumentos considerados de grande importância cultural, segundo os valores definidos por um limitado número de agentes, são totalmente desconhecidos e negligenciados e por sua comunidade mais próxima. E a razão muitas vezes não está na falta de conhecimento daquele bem, mas no pouco envolvimento que as pessoas tiveram na construção do mesmo como patrimônio. Alargar o campo, fazendo com que as decisões relacionadas a preservação sejam compartilhadas por um número maior de atores sociais é um grande desafio a ser enfrentado pelas políticas de preservação na atualidade. Finalmente considerando que a História é marcada por duas características essenciais, a mudança e a diferença é importante não deixar de levá-las em conta nessa discussão sob pena de nosso patrimônio ser reduzido a patética preservação de restos do passado que expressam apenas a vontade, o desejo e a memória de poucos quase nada dizendo sobre a diversidade e as dinâmicas culturais que efetivamente marcam a riqueza de nossas cidades, regiões ou país (POSSAMAI, 2000, p.23).

Numa palavra, preservar o patrimônio é preservar a memória, o fio de continuidade que une gerações de uma mesma cultura, dá coesão a um povo, conferindo-lhe identidade. Cremos que a memória é a base para a construção da

identidade. É ela quem registra toda identificação dos sujeitos com o espaço. Dessa forma, a construção da identidade depende da forma pela qual se dá a apropriação do espaço já que varia de acordo com diferentes escalas temporais e espaciais. Aqui, a memória é a base para a construção da identidade. É uma propriedade sobre a qual se inscrevem concatenações de atos. É ela quem registra toda identificação dos sujeitos com o espaço. Ela é um mecanismo de retenção, de informação, de conhecimento, de experiência. É o suporte fundamental e o elemento essencial da identidade. Dessa forma, a construção da identidade parnaibana depende da forma pela qual se dá a apropriação do espaço já que varia de acordo com diferentes escalas temporais e espaciais. Para Menezes, o conceito de identidade “implica semelhança a si próprio, formulado como condição de vida psíquica e social. Nessa linha, está muito mais próximo dos processos de reconhecimento, do que de conhecimento” (1984, p.33). Já a memória coletiva é uma conquista. É, sobretudo, o social a manifestação dessa memória. Le Goff sugere “a renúncia a uma temporalidade linear em proveito dos tempos vividos múltiplos nos níveis em que o individual se enraiza no social e no coletivo” (1992, p.426). Enfatiza Moreira que a “a memória colectiva... é, igualmente, uma pedra basilar na formação e manutenção do sentimento de identidade territorial” (1993, p.14). Já o espaço vivido é uma experiência contínua, egocêntrico e social. Um espaço de movimento é um espaço-tempo vivido que se refere ao afetivo, ao mágico, ao imaginário. É também um campo de representações simbólicas, conforme aponta Isnard (1982), rico em simbolismos que vão traduzir em sinais visíveis não só o projeto vital de toda a sociedade, subsistir, proteger-se, sobreviver, mas também as suas aspirações, crenças, o mais íntimo de sua cultura. Na organização do espaço-tempo vivido, constituiu-se um invólucro essencial antes do acesso a entidades¹⁰ mais concretas. Um lugar vivido aparece como

¹⁰Entidade: aquilo que constitui a essência de uma coisa; existência, individualidade; ente; ser. 2. Tudo quanto existe ou pode existir. 3. Bras. Sociedade ou grupo que dirige as atividades de uma classe (HOUAISS; VILLAR, 2001).

um elemento essencial da estruturação em que o meio e o espaço é um artefato por excelência. Como diz Henri Lefebvre (1976), “as forças produtivas não conduzem somente a produção das coisas, mas àquilo que contém as coisas, quer dizer, o espaço”. A cidade é o elemento fundamental da organização do espaço, diz Beajeau-Garnier (1980, p.16). O espaço-rio e cidade Parnaíba entendidos como espaço social, vivido é, parafraseando Lefebvre (1976), lócus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, a reprodução da sociedade.

Além da questão identitária, a recuperação da memória nos conduziu/conduz ao conhecimento do patrimônio e este, à sua valorização por parte dos próprios habitantes do local. Afinal, como diz Le Goff, “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (1992, p.477). Ao defender a conceituação de patrimônio ambiental estou definindo uma discussão abrangente que permite acompanhar as transformações pelas quais o espaço cidade passou desde o início da colonização portuguesa. Como se vê, inscrevo esta discussão naquela fórmula proposta por Pierre Nora e Jacques Le Goff, de que o patrimônio está localizado entre a memória e a história e onde cabe à história analisá-lo. Para Nora, “a memória deu ao patrimônio seu sopro, sua dinâmica e seu élan. Mas seu trabalho emancipador está terminado. A problemática do patrimônio está agora solidamente instalada no coração das sociedades contemporâneas” (1997, p.397). Mas sou ciente que patrimônio são “bens” na medida em que se atribui a eles significados. A atribuição de significados, por sua vez, é um dado estritamente cultural. A partir daí, há toda uma gama de elementos ditos “naturais”, aos quais o sujeito pode atribuir função, e ao atribuir função ele pode, inclusive, intervir sobre esse dado “natural” e construir o artefato. Por tudo isso, compreendo toda aquela linha muito rica e variada de artefatos, que inclui desde a criação de pequenas utilidades, de utensílios, inclusive

domésticos, até a construção de caminhos e de cidades, como artefatos extremamente complexos da criação humana. Falar de patrimônio cultural e ambiental é também falar de valores. É preciso, pois, sublinhar que os valores são sempre atribuídos. Daí serem historicamente marcados. As coisas físicas contam como características materiais. Neste processo, o ambiente e seus atributos desempenham papel de enorme relevância.

A cidade de Parnaíba é detentora de um dos mais ricos acervos arquitetônicos e paisagísticos do período colonial, imperial e republicano do Brasil. Conservou nestes quase quatro séculos toda a beleza e a imponência de sua arquitetura, bem como, o seu traçado urbano original e seu ambiente. Ela é uma amálgama de fenômenos e relações que envolvem pessoas, tempo, espaço, lugar, comércio, cultura... É cidade-monumento. A Carta de Veneza, de maio de 1964, definiu em seu Art.1 a noção de monumento histórico o qual compreende, “além da obra arquitetônica em si, os sítios urbanos e rurais, testemunhos de uma civilização determinada de uma evolução significativa e de fato histórica. Compreende as grandes criações, e também as obras modestas que, através do tempo, adquiriram valor cultural significativo” e no Art. 7 definiu que o “monumento é inseparável do ambiente em que se situa e do qual é testemunho histórico” (CARTA..., 1964). É preciso enfatizar de que os pontos que demarcam a memória histórica e geográfica da cidade de Parnaíba compõem um acervo cumulativo de vivências locais de várias gerações como um “monumento” representativo.

Parafraseando Chagas (1994, p.25), os termos patrimônio, coleção e objeto/bem cultural nos colocam diante da dimensão do tempo ou da memória. Os termos território, edifício e espaço/cenário colocam-nos diante da dimensão do espaço. E os termos comunidade ou sociedade local, público e homem/ sujeito, introduzem nessa relação à dimensão humana, a consciência histórica e social. Estes termos são mesmo pedra basilar na formação e

manutenção do sentimento de identidade territorial que está interligada à ideia de patrimônio em si. É exatamente aí que reside a questão da preservação do patrimônio cultural e ambiental da cidade de Parnaíba.

Considerações finais

A cidade de Parnaíba é histórica. Entendo que deve ser reconhecida como “símbolo do tempo e do espaço vivido”. Por fim, enfatizo que o ambiente da cidade de Parnaíba e seu passado histórico se nos apresentou como um dos maiores exemplos de acervo do patrimônio cultural e ambiental no Brasil. Contudo, ressalto que esta reflexão não possui caráter normativo, dado que não se pretende aconselhar políticas públicas e/ou programas de educação, mas sim apresentar razões para discussões das questões patrimoniais em relação ao ambiente, à cidade e ao conjunto dos bens materiais e imateriais que nela se encontram formando a quintessência do seu patrimônio ambiental. Confesso que esta abordagem e o tratamento da temática me conduzem a um vasto e diversificado campo e conjunto de situações o qual faz sentir que um olhar enriquecido de arquivos visuais está apto a vê-lo sob um novo ângulo.

Referências

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial. 1500-1800*. 7ª ed. São Paulo: PubliFolha, 2000.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Geografia Urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*. V. I e II. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

CAMPOS, Humberto de. *Memórias*. São Paulo: Opus, 1983.

CARTA INTERNACIONAL SOBRE A CONSERVAÇÃO E A RESTAURAÇÃO DOS MONUMENTOS E SÍTIOS. *Consequência do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos*. Veneza, 25 a 31 maio. 1964.

CASTELO BRANCO, Renato. *O Piauí: a terra, o homem, o meio*. São Paulo: Quatro Artes, 1970.

CHAGAS, Mário de Souza. *Novos Rumos da Museologia*. Cadernos de Museologia. Lisboa: ULHT, 1994.

COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*. V. 1 e 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. (1ª ed. 1909).

ENCICLOPÉDIA SIBRAC. *Sistema Brasileiro de Consultas*. São Paulo: Pronac – Nova Central Editora, Ltda., s/d.

FERREIRA, Jurandir Pires. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Cidades Piauí. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia e Nacional de Estatística, 1958.

FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. 2a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. *Carta de Burra*. Austrália, 1980.

ISNARD, Hildebert. *O espaço geográfico*. Coimbra: Almedina, 1982.

KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: ed. UNB, 1996.

LABASSE, Jean. Réflexions d'un Géographe sur le couple Ville-Fleuve. In: La Ville et la Fleuve. Comité des travaux Historiques et Scientifiques. *Colloque tenu dans le cadre du 112e Congrès National des Sociétés savantes*. Lyon 21-25 abril 1987. Paris: Editions du CTHS, 1989.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço y política*. Paris: Anthropos, 1976.

LEMOS, Carlos A. C. *História da Casa Brasileira*. São Paulo: Contexto, 1996.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e Meio Ambiente*. São Paulo: Annablume, 2007.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. *Parnaíba: Educação e Sociedade*. Teresina: Ed. UFPI, 2001.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP* (Dossiê Brasil dos Viajantes), São Paulo, 1996.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. O Patrimônio cultural entre o Público e o Privado. In: *O Direito à Memória*. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Identidade cultural e patrimônio arqueológico brasileiro. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 33-37, 1984.

MOREIRA, F. J. *Turismo e Museus: Breves Apontamentos ao Caso Português*. Goiânia, 22 set. 1993.

MUMFORD, Levis. *A Cultura das Cidades*. Trad. Neil R. da Silva. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

NORA, Pierre. *Science et conscience du patrimoine – actes des Entretiens Du Patrimoine*. Paris: Fayard/Éditions du Patrimoine, 1997

PINHEIRO, Aurea; MOURA Cássia (Orgs.). *Caderno do Patrimônio Cultural do Piauí*, v. 2. Teresina: Superintendência do IPHAN no Piauí, 2012.

PONTES, Ailton Vasconcelos. *O tombamento municipal e sua relevância para Parnaíba*. Teresina: Sistema Fecomércio Piauí, 2004.

POSSAMAI, Zita Rosane. O Patrimônio em construção e o conhecimento histórico. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n.27, jan./jun. 2000.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.